

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O “Transporte Coletivo em Sítio Próprio nos concelhos de Loures e Odivelas”, doravante designado por Linha Violeta, visa o desenvolvimento da oferta de transportes públicos de passageiros que conduzam à redução da dependência do transporte individual e à descarbonização da sociedade.

Por isto, ambos os Municípios estão fortemente empenhados na sua execução, sendo para ambos um projeto prioritário.

A 15 de janeiro de 2021 foi celebrado um Acordo de Cooperação entre os Municípios de Loures e Odivelas e o Metropolitano de Lisboa, tendo como base um traçado preliminar pré-acordado entre as partes e onde ficaram definidas as responsabilidades das partes nas diferentes fases do desenvolvimento dos estudos para a implementação do novo modo de transporte.

Foi estabelecida uma relação de cooperação, de trabalho conjunto e estreita comunicação entre a CM Loures, a CM Odivelas e o Metro de Lisboa.

E esta metodologia permitiu não só reforçar as posições de cada uma das Câmaras Municipais, sobretudo junto do Metro de Lisboa, como procurar, concertar e consolidar soluções com vista à execução do projeto.

Foram, por isso, entregues todos os elementos de projeto que permitam ao Metropolitano de Lisboa lançar o procedimento de conceção-construção da Linha Violeta.

Salienta-se que, de acordo, com o clausulado do suprarreferido protocolo (artigo 6º), as partes deveriam assumir os encargos resultantes da elaboração dos estudos e do projeto, de acordo com a seguinte repartição:

- Município de Loures – 719.007,12€
- Município de Odivelas – 542.408,88€.

Acrescentando ainda que as partes se comprometem a viabilizar a obtenção de financiamento

para o projeto, designadamente europeu, sempre que o mesmo revele ter enquadramento.

Contudo, o Metropolitano de Lisboa, por diversas vezes tem transmitido a ambos os municípios que apenas assumirá o financiamento da obra e expropriações do espaço canal da rede TCSP e não do reordenamento subsequente e imprescindível à passagem da linha violeta.

Destacar que as obras de reordenamento, são na sua integral extensão necessárias para o restabelecimento de rodovias, infraestruturas e arranjos exteriores comprometidas com a passagem da linha de TCSP.

E é este exatamente este último, o entendimento na execução de outras linhas de TCSP, noutros concelhos do País, como seja o Porto, ou Vila Nova de Gaia, assumindo por isso o Metropolitano a totalidade da obra, bem como o seu financiamento.

Entenda-se que até hoje não existe ou existiu qualquer compromisso assumido por estes dois municípios no sentido de assumir qualquer financiamento desta obra.

Ora, os autarcas de Loures e Odivelas e da AML consideram que este é um projeto estratégico no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, na assunção desta política prioritária que é a transição para um padrão de mobilidade sustentável a nível económico, social e ambiental.

Para isto, importa fidelizar e conquistar novos utilizadores, adequando a oferta de transporte público de maior capacidade ao território e às necessidades da população, fomentando soluções que permitam reduzir a dependência do veículo próprio e assim dar qualidade de vida e saúde aos habitantes.

E este é um desígnio coletivo e não de apenas um ou outro município.

Estando neste momento este processo em fase de lançamento do procedimento de conceção-construção, julgamos que é vital que o modelo de financiamento de uma obra tão importante e estratégica se consolide com urgência, pelo que, na sequência de reuniões realizadas com o Governo e os autarcas envolvidos, é determinante que a tutela das Finanças encontre um modelo de financiamento em condições de equidade e igualdade face a outras linhas, e noutras localizações a que já aludimos.

Assim, face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar do PS, vêm, por intermédio de Vossa Excelência, solicitar ao Governo, através do Senhor Ministro das Finanças, os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Senhor Ministro conhecimento destes constrangimentos na definição do modelo de financiamento para a execução do projeto de TPSP denominado Linha Violeta?
2. Que soluções podem ser encontradas para concretizar este projeto estratégico e a que a população justamente aspira?
3. Vai o Governo assumir o integral financiamento deste projeto estratégico no contexto da AML, tal como o fez na AMP?

Palácio de São Bento, 10 de outubro de 2023

Deputado(a)s

RICARDO LIMA(PS)

SUSANA AMADOR(PS)

MIGUEL CABRITA(PS)

EURÍDICE PEREIRA(PS)

MARIA DE FÁTIMA FONSECA(PS)

RITA BORGES MADEIRA(PS)

CARLOS BRÁS(PS)

ROMUALDA NUNES FERNANDES(PS)

MARIA DA LUZ ROSINHA(PS)

MARCOS PERESTRELLO(PS)